



OS LIMITES DO MELHORISMO PETISTA

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

O compromisso de subordinar a razão de Estado aos interesses estratégicos do grande capital, selado por Lula na famigerada Carta aos Brasileiros, é o elemento-chave para compreender as possibilidades e os limites dos governos petistas como instrumento estratégico da dominação burguesa. Eleitas com o mandato de garantir a paz social, as administrações petistas dispõem de reduzidíssima margem de manobra para atender as demandas da população, pois dentro dos parâmetros da ordem global é impossível questionar a dupla articulação que garante a reprodução da situação de dependência e subdesenvolvimento - a segregação social e o colonialismo econômico e cultural. Ao desencadear um processo de reversão neocolonial, a ofensiva permanente do capital contra o trabalho não deixa espaço para a implementação de políticas públicas que defendam os interesses estratégicos do país e contemplem minimamente o bem-estar geral dos trabalhadores. Nessas circunstâncias, a capacidade de legitimar o *status quo* e impedir a emergência do conflito social - condições indispensáveis para a estabilidade do pacto de poder - depende particularmente do bom andamento dos negócios e da passividade das massas.

Nos dois governos de Lula, uma combinação muito particular de condições econômicas e sociais permitiu que as contradições do padrão de acumulação liberal periférico fossem administradas através da estratégia de fuga para frente.

Ao sancionar as pressões do capital internacional, o governo Lula aprofundou o movimento de liberalização iniciado por Collor de Mello no início de 1990 e consolidado por Fernando Henrique Cardoso com o Plano Real. Nas circunstâncias geradas pelo ciclo especulativo internacional, o ajuste da economia brasileira às exigências da ordem global em tempos de crise franqueou o caminho para uma nova rodada de tenebrosas transações. Durante oito anos, o país surfou na onda especulativa internacional. Nesse período, a burguesia internacional e a plutocracia nacional não tiveram do que se queixar. A rentabilidade dos bancos bateu recordes. O latifúndio expandiu o agronegócio até a Amazônia. Os mega-eventos turbinaram a especulação imobiliária enquanto investimentos

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

faraônicos alimentavam a farra das empreiteiras. A privatização do petróleo descoberto na camada do pré-sal gerou negócios bilionários. Os juros elevados continuaram sustentando o rentismo, enquanto as grandes operadoras ampliaram inescrupulosamente a exploração dos serviços públicos. O comércio internacional gerou lucros que lembravam a época da colônia. As multinacionais jamais venderam tantos automóveis e bugigangas. A especulação com "carry trade" transformou o Brasil num dos principais destinos do capital especulativo internacional. Não surpreende que Lula tenha se tornado xodó da comunidade econômica internacional e tenha contado, na crise do mensalão, com pleno apoio da alta burguesia para abortar qualquer iniciativa golpista por parte dos partidos da oposição.

Impulsionada pelo aumento das exportações, pela abundância de liquidez internacional e pelo endividamento crescente das famílias, a economia brasileira voltou a crescer. Após duas décadas de estagnação, a mudança no estado de ânimo das massas foi imediata. O aumento do emprego, a recuperação relativa do salário mínimo, a transferência de renda através dos programas sociais da "Bolsa Família", a expansão desenfreada do crédito ao consumidor e a expressiva valorização do câmbio aumentaram o poder de compra das camadas mais pobres da população. O acesso a bens de consumo conspícuos e a expectativa de uma melhoria nas condições de vida garantiram a lealdade dos de baixo. O controle dos principais sindicatos e a cooptação dos movimentos sociais desmobilizaram os trabalhadores organizados. Sem possibilidade de expressão social e política, as contradições provocadas pelo crescimento baseado na especulação internacional e na modernização dos padrões de consumo acumularam-se no interior da sociedade.

A partir de 2011, coincidindo com a chegada de Dilma ao governo, as condições objetivas e subjetivas que davam sustentação à paz social petista começaram a desaparecer. A exaustão do ciclo de crescimento e a retomada das mobilizações sociais deram início a uma conjuntura de progressiva instabilidade econômica e crescente conflito social.

O recrudescimento da crise econômica mundial deprimiu o comércio internacional. A inflexão na política monetária dos Estados Unidos gerou incertezas em relação à direção dos fluxos de capitais internacionais. Sem possibilidade de compensar os efeitos recessivos provocados pela crise internacional expandindo o mercado interno, a economia brasileira estagnou. Sem instrumentos para controlar o movimento de capitais, a extraordinária vulnerabilidade do setor externo veio à tona e o país voltou a viver o espectro de crises de estrangulamento cambial. Os efeitos positivos do ataque especulativo do capital internacional sobre o crescimento econômico tinham se exaurido. Restava pagar a conta de uma política econômica temerária.

Ainda que a reversão do crescimento não tenha gerado uma crise aberta de desemprego, os antagonismos provocados pelo aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência começaram a emergir. O aumento do emprego veio acompanhado de crescente precarização do trabalho. A especulação imobiliária provocada pelos megaeventos agravou o problema da falta de moradia. O boom de venda de automóveis agudizou os problemas de mobilidade urbana. O descaso com as condições de vida da população levou

a crise urbana ao ponto de ebulição. A escalada no consumo de bens supérfluos veio acompanhado de crescente deterioração da oferta de bens e serviços essenciais: educação, saúde, habitação, transporte público, segurança, cultura e lazer. O desperdício de recursos em investimentos despropositados tinha como efeito obrigatório a penúria de recursos para políticas públicas.

Mesmo antes da revolta urbana de junho de 2013, a escalada do conflito social era evidente. A partir de 2010, as greves multiplicaram-se ano a ano, alcançando um patamar só superado por aqueles alcançados no final dos anos 1980, e o movimento social urbano, sob novas lideranças e novos métodos de luta, retomou sua capacidade de iniciativa. A impossibilidade de acomodar as contradições através do crescimento e o fim da letargia social solaparam as premissas da paz social. Os dois processos reforçaram-se reciprocamente.

Não bastassem os problemas herdados de Lula, a dificuldade de conciliar gregos e troianos foi agravada pelas novas exigências do capital. De um lado, o avanço da integração da economia mundial como resposta à crise - o movimento de "deep integration" liderado pelos Estados Unidos - intensificou a pressão da comunidade internacional por uma nova geração de reformas liberais. De outro, a necessidade de tirar a juventude das ruas e conter a onda de protestos aumentou a desconfiança da plutocracia nacional em relação à utilidade do PT como garantidor da progresso e da ordem.

O vencimento do prazo de validade das administrações petistas não significa necessariamente que a burguesia esteja disposta a descartar o PT do condomínio no poder. Na ausência de alternativas confiáveis para enfrentar um futuro conturbado, os préstimos do PT podem ainda ser valiosos. O acirramento da luta de classes obrigou as classes dominantes a aumentar o controle sobre o debate público e acirrar a criminalização da luta social, mas não eliminou a importância estratégica da cooptação, fragmentação e desmobilização das organizações dos trabalhadores como meios de evitar que a insatisfação social ganhe expressão política. As generosas doações das grandes empresas para a campanha Dilma revelam que a burguesia ainda hesita em relação à conveniência de abandonar a impostura como método de neutralização da luta social.

O estreitamento do espaço democrático tem reflexos imediatos sobre a forma de condução do processo eleitoral de 2014. Na contramão das demandas colocadas pelos jovens que saíram às ruas nas Jornadas de Junho, o Partido da Ordem conseguiu circunscrever o debate eleitoral à pauta do grande capital. Sem colocar em questão os pilares do modelo econômico e político, a discussão fica restrita à escolha do administrador mais conveniente para conduzir a nova rodada de reformas liberais e garantir a disciplina dos de baixo.

Nesse contexto, o principal desafio da esquerda socialista consiste em furar o cerco político, institucional e midiático e aproveitar as eleições para dialogar com a população sobre a urgência de uma práxis revolucionária capaz de realizar as bandeiras das Jornadas de Junho. Mais do que tirar proveito eleitoral do desgaste do governo para conquistar maior espaço no parlamento, a prioridade deve ser a conscientização da população sobre a

necessidade de uma ruptura radical com o capitalismo - de horizonte socialista - como único meio de dar respostas concretas aos que lutam por uma vida melhor.

O reasenso do movimento de massas colocou na ordem do dia a necessidade de dar uma forma organizativa à energia tectônica que brota das ruas, impulsionada pelas contradições acumuladas ao longo de séculos de segregação e colonialismo e intensificada pelos nefastos antagonismos gerados pela nova rodada de modernização dos padrões de consumo. O desafio é superar a teoria e a prática do Programa Democrático Popular, cuja essência consiste em priorizar as conquistas institucionais e a ocupação dos aparelhos de Estado como meio de atenuar a exploração dos trabalhadores e conseguir melhorias graduais nas condições de vida da população - uma verdadeira quadratura do círculo. Enquanto a esquerda não se desvencilhar das ilusões e das armadilhas de uma democracia restrita, que não contempla a possibilidade de mudanças estruturais, não terá condições de se colocar à altura dos desafios históricos e liderar a revolução brasileira.